



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE GEO-HISTÓRIA**

**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**Maira Pereira e Silva**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
UM DESAFIO PARA A ÁREA RURAL**

**Guarabira – PB  
Novembro/2011**

Maíra Pereira e Silva

EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
UM DESAFIO PARA A ÁREA RURAL

Artigo apresentado em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia, à Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, sob a orientação da Profª Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.

Guarabira – PB  
Novembro/2011.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S586e

Silva, Maíra Pereira.

Educação do campo [manuscrito]: um desafio para a área rura /Maíra Pereira e Silva. – 2011.

18 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Monica de Fatima Guedes de Oliveira, Departamento de Geografia”.

1. Educação – Campo 2. Identidade Rural 3. Políticas Públicas I. Título.

21. ed. CDD 370

Maíra Pereira e Silva

EDUCAÇÃO DO CAMPO:  
UM DESAFIO PARA A ÁREA RURAL

Aprovada em: 09 / 12 / 2011

COMISSÃO EXAMINADORA

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

(Profª. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira)  
Mestre em Educação-UFPB  
Departamento de Letras e Educação-UEPB  
Orientadora

José Otávio da Silva

Profº. Ms. José Otávio da Silva  
Mestre em Educação- UFPB  
Profº do Departamento de Letras e Educação-UEPB

Azemar S. Soares Júnior

Profº. Ms. Azemar dos Santos Soares Júnior  
Mestre em História/ UFPB  
Profº do Departamento de História/CH/UEPB

Guarabira/PB  
2011

# **EDUCAÇÃO DO CAMPO: Um desafio para a área rural**

**Maíra Pereira Silva**

**Mayraa8669@hotmail.com**

**Orientadora: Mônica de Fátima Guedes Oliveira**

## **Resumo:**

Quando falamos em educação do campo, somos motivados a analisar outros pontos que consideramos de grande importância que é a questão da identidade rural e conseqüentemente a história do campesinato. Segundo o relatório da primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo que aconteceu em 1998, o encontro defendeu o direito dos povos do campo às políticas públicas de educação com respeito às especificidades, em contraposição às políticas compensatórias da educação rural. Quanto ao Projeto Político Pedagógico, na educação do campo, o mesmo vem propor a valorização dos saberes locais diante do currículo. Ele vem afirmar uma educação vivenciada a partir do cotidiano dos protagonistas do campo. Busca entrelaçar conhecimentos e saberes cotidianos de forma que a valorização do homem e da mulher do campo seja de fato e de direito.

**Palavras-Chave: Identidade rural, políticas públicas e educação**

## **Abstract:**

When we talk about education in the countryside, we are motivated to consider other points that we consider of great importance is the issue of rural identity and consequently the history of the peasantry. According to the report of the National Conference one a Basic Education Field that happened in 1998, the meeting defended the right of people to the field of education policies with respect to the specific, as opposed to compensatory policies of rural education. We can thus affirm that the struggle of social movements for a rural education is the beginning of a new state education for those who are in the field. Regarding the Pedagogical Political Project in the education field, it proposes the enhancement of local knowledge on the curriculum. He said education has experienced from the daily lives of the protagonists in the field. Search intertwining knowledge and everyday knowledge so that the value of man and woman in the field is in fact and law.

**Key-words: rural identity, public policy and education**

## **1. INTRODUÇÃO**

Apresenta-se aqui a pesquisa sobre a educação do campo e os desafios que esta

educação vem enfrentando para firmar-se com reconhecimento na melhoria da qualidade de vida do homem e da mulher do campo, que apesar de alguns anos de discussões e várias conferências, ainda é um desafio para os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Neste trabalho procuramos fazer um resgate sobre o campesinato para um melhor entendimento sobre a identidade do homem camponês e da mulher camponesa para assim compreendermos o significado da educação no campo para a educação do campo que se diferencia no momento em que o ensino parte do campo para o campo. Seguimos com uma análise sobre o conceito de educação e os desafios enfrentados pelos diversos movimentos rurais que buscam efetivar o ensino do campo como sendo um marco na educação neste país. Desta forma, o ensino do campo apresenta-se como sendo o resultado das lutas dos que fazem o campo por uma educação que viesse preservar a sua identidade cultural como também o sustento dos mesmos.

No vazio e na ausência dos governos os próprios movimentos tentam ocupar esses espaços, mas cada vez mais cresce a consciência do direito e a luta pela Educação do Campo como política pública. Uma política pública que parta dos diferentes sujeitos do campo, do seu contexto, sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e de se relacionar com o tempo, a terra, com o meio ambiente, seus modos de organizar a família, o trabalho, seus modos de ser mulher, homem, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso; de seus modos de ser e de se formar como humanos. (ARROYO, 2008. p. 14-15)

E é partido da organização que o homem e a mulher camponês e camponesa vêm garantindo o seu espaço na sociedade e na busca por políticas públicas que venham a promover a melhoria na qualidade de vida dos que vivem no campo.

Apresentamos ainda, um projeto político pedagógico que visa a participação efetiva dos que fazem a história no campo. Pois projetar significa tentar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém. Portanto, o projeto político pedagógico da educação do campo apresenta uma nova promessa de educação voltada para a vivência de cada educando, dando visibilidade ao seu habitat e sua história.

E por último, temos as considerações que se colocam de uma forma clara sobre a importância da educação do campo não só para a área rural, mas também para toda a sociedade. Pois, é a partir da valorização das regiões, das culturas e das identidades que podemos preservar o respeito.

Portanto, o importante é que se dê prioridade no campo das políticas públicas a

existência física e concreta de escolas do campo no campo, no contexto social e cultural no qual a infância e a adolescência se socializam. Devem-se definir responsabilidades políticas mais precisas e pontuais nos órgãos federativos e não deixar a Educação do Campo a indefinições de responsabilidades.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Quando falamos em educação do campo, somos motivados a analisar outros pontos que consideramos de grande importância que é a questão da identidade rural e conseqüentemente a história do campesinato. Aqui no Brasil iniciamos lembrando das ligas camponesas que começaram a partir dos anos 30 (século XX). Que foram motivo de muitas perseguições e torturas no período da ditadura militar.

### **2.1- Quem são os camponeses**

Para Carvalho (2005:94) “camponeses são produtores livres de dependência pessoal direta – são autônomos”. Nesta produção livre, eles também são de uma diversidade muito grande, seja ela, na produtividade quanto cultural e partiu deles, através dos movimentos sociais rurais, o movimento da educação do campo. Foi a partir dos anos 90 que este movimento do campo conseguiu agendar na esfera pública a questão da educação do campo, como uma questão de interesse nacional, ou pelo menos, se fazerem presentes com esta discussão como sujeitos de direito.

Quando se fala em população rural, não se fala apenas em um universo econômico da produção, mas em um circuito de relações sociais mais amplo. Com o progresso e a tecnologia avançando chegou-se a imaginar que as populações rurais iriam desaparecer devido às inovações tecnológicas. E a visão que se tinha do trabalhador rural era a de atrasado, numa dicotomia entre o civilizado e o atrasado, entre o urbano e o avançado e o rural atrasado. Pois populações camponesas trazem denominadores comuns entres si.

Como ator social, o camponês vem criando formas de resistência ao que chamamos de “modernização” e a proletarianização decorrente da introdução de relações capitalistas no campo e luta para se reproduzir

Desta forma, a organização do camponês se deu pela necessidade de

sobrevivência e para conseguir ter uma vida com dignidade em seu habitat e produzir o seu sustento. Assim, foi em meio às lutas dos camponeses que surgiu a necessidade de uma educação do campo, onde se pudesse ter uma educação engajada na realidade concreta vivida pelos educandos. Pois só assim poderia contribuir efetivamente para o crescimento pessoal e profissional do camponês.

E foi em sua primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo que aconteceu em 1998 que o movimento incorporou o conceito de Educação do Campo. Segundo o relatório da Conferência, o encontro defendeu o direito do povo do campo às políticas públicas de educação com respeito às especificidades, em contraposição às políticas compensatórias da educação rural. Ainda, tinha como pontos centrais: uma pedagogia e organização escolares ligadas às identidades culturais e ao tempo e espaços dos modos de vida no campo de forma que tivesse uma vinculação com a discussão política sobre o lugar do campo na construção de um projeto de nação; outro ponto era de ligar as políticas públicas com outra questão do desenvolvimento social do campo, tais como: estradas, serviços de comunicação, cultura, assistência técnica, saúde, transporte e lazer.

Estes foram então os eixos principais de discussão nesta conferência, que de certa forma, alavancou o movimento para fazer acontecer às políticas públicas voltadas para o homem do campo. E vários anos se passaram e ainda hoje esta discussão vem acontecendo de forma contínua e insistente, pois apesar de algumas melhorias no campo, seja ela, em assistência técnica, saúde ou educação, mas o seu objetivo não foi alcançado. Para se fazerem formadores do campo, sabemos que é necessário que o homem do campo esteja apto a isto. E o índice de analfabetismo na zona rural ainda permanece muito alto, pois é preciso que as políticas públicas de todos os setores sejam intensificadas. É necessário que além da educação, também tenha melhoria nas condições de vida de uma forma geral, para que o homem e a mulher do campo tenham condições de se capacitarem para tornarem-se multiplicadores/educadores.

A Educação do Campo, defendida pela Conferência, intensificou a discussão na ampliação do acesso, permanência e direito à escola pública de qualidade no campo. E ainda, em sua diversidade, vimos os agricultores, ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, pescadores e tantos outros que estão vinculados ao campesinato. Desta forma, a necessidade de incorporar distintos processos educativos no seu Projeto Político Pedagógico, de acordo com a necessidade de cada cultura e identidade. Bem como com a

realidade de cada região.

## **2.2- Entendimento de Educação**

Por Educação se entende que é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros a sua imagem e em função de seus interesses. Ela se enfatiza por homens e mulheres, não ocorre na mesma forma para cada pessoa. Cada um tem um jeito próprio e peculiar, cada pessoa se vincula com vários fenômenos: motivação, faixa etária, meio social, contexto sócio-econômico.

O autor Pinto (1994. p. 29), convida-nos a deixarmos de lado os inúmeros conceitos de educação e centralizarmos a nossa atenção em apenas dois significados: um restrito e outro amplo, para que a partir destes percebamos a verdadeira definição da educação.

A educação relacionada a este primeiro significado é aquela convencional, direcionada as fases infantil e juvenil da vida do ser humano, porém a educação não deve ser reduzida a esses limites.

A educação, em sentido amplo, abrange toda a existência humana, em toda sua dimensão. E esta oferece subsídio lógico e sociológico ao problema da educação de forma geral.

Esta última ao explicar o conceito de educação, enfatiza o seu caráter histórico e antropológico. A educação persegue objetivos estabelecidos. Logo ela é, portanto, um fator de ordem consciente, é uma modalidade de trabalho social.

Podemos perceber que nos fundamentos sociais do conceito de educação, nem um conceito vem em abstração, pois cada um depende dos interesses de determinados grupos, dirigentes que priorizam aspectos, ou acontecimentos que explicam o processo e o seu desenvolvimento.

E sabendo que a educação é um direito de todos. Também é direito de todos buscar uma educação de qualidade e que esteja de acordo com suas necessidades cotidianas, de forma que possa favorecer o processo de ensino-aprendizagem dentro de uma perspectiva emancipatória e não reprodutiva.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Constituição

### **2.3- Educação do campo**

Pensar a educação do campo tem sido um grande desafio para educadores e educadoras brasileiros. Podemos até afirmar que este movimento se diferencia de muitos outros na educação, justamente por estar sendo pensado pelas pessoas do campo, profissionais da educação e tantas outras pessoas interessadas em um campo mais justo e com condições para que as pessoas ali vivam e trabalhem, e não pensada apenas por burocratas e acadêmicos que nunca passaram pelo campo ou sequer sabem de suas demandas. E podemos observar que demandas não faltam neste contexto. Vimos um quadro problemático construído ao longo de década em que a desigualdade, vista em seu sentido mais cruel, predominou por longos anos no campo. E ainda vimos o seu agravamento quando por diversas vezes o camponês foi esquecido pelos órgãos governamentais. E assim sendo alimentado por certos setores da sociedade para os quais é mais vantajoso, de forma que vinha a ser oportuno as necessidades de um grupo que por sua vez não estavam sendo assistidos por políticas públicas.

A Educação do Campo nasce, sobretudo de um outro olhar sobre o papel do campo em um projeto de desenvolvimento e sobre os diferentes sujeitos do campo. Um olhar que projeta o campo como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, políticos. A questão nuclear para as pesquisas e políticas educativas será reconhecer esse protagonismo político e cultural, formador, que está se dando especialmente nos movimentos sociais do campo. (ARROYO, 2008. p. 12).

Podemos assim afirmar que a luta dos movimentos sociais por uma educação do campo vem indicar o começo de uma nova educação para aqueles que estão no campo. Onde serão protagonistas de suas próprias histórias. Afirmando a sua identidade de uma forma mais clara e mais objetiva e garantindo o seu espaço na sociedade com direitos estabelecidos.

No Brasil, a desigualdade educacional está intimamente ligada à desigualdade social e econômica, causando diferença e influência na renda do trabalhador, como

podemos perceber em todos os espaços rurais e principalmente na região nordeste. As diferenças educacionais são mais visíveis no ensino rural em contraposição ao ensino urbano, isso significa que deve haver um fortalecimento no desenvolvimento rural e na agricultura familiar dentro de bases sustentáveis para que haja uma profunda reforma na educação básica do campo e que possa garantir o acesso, a qualidade e a permanência dos educandos no ensino fundamental.

As escolas do campo sofrem com o abandono. Essas escolas geralmente funcionam de maneira precária, sob o comando de uma única professora que leciona para uma classe que agrega as quatro séries do ensino fundamental, classes multisseriadas. Para Davis & Gatti (1993) algumas escolas rurais isoladas apresentam-se de uma forma que devemos deixar de lado tudo o que conhecemos e sabemos sobre uma instituição escolar. Neste sentido eles afirmam que na escola rural isolada:

Não havia uma construção que lembrasse uma escola, nem várias salas de aula, nem diversas professoras, nem mesmo uma diretora. A começar pelo aspecto físico e precariedade das instalações, a escola isolada parecia ser o reino do informalismo e da improvisação. De certa forma, foi mais fácil defini-la pela negação, na medida em que ela era antítese do que se imaginava a respeito de uma escola (DAVIS & GATTI: 1993, p. 77).

Estas escolas isoladas representam a grande dicotomia existente entre o rural e o urbano, o que muitas vezes faz com que as prefeituras coloquem transportes para levar os alunos destes locais para estudarem nas cidades, aumentando ainda mais esse fenômeno. Os alunos do campo são colocados em uma mesma sala de aula, com período de estudo específico, sendo caracterizados em alguns casos como fracos ou atrasados.

Cabe ressaltar que, nesta perspectiva, o papel do Estado é o de garantir os direitos universais para todos em espaços públicos, recursos e políticas públicas e a educação do Campo não deve ficar sob responsabilidade da comunidade ou dos movimentos sociais, mas da sociedade como um todo, preferencialmente as instâncias ligadas aos diversos governos e ao Estado.

A formação histórica das práticas educativas emerge das necessidades de diferentes grupos sociais em acessar a educação. A perpetuação de traços coloniais na estrutura social brasileira, na composição dos governos e na administração pública tem

fortes raízes rurais e patriarcais. A sobrevivência de traços coloniais na interpretação da realidade perpassa as relações históricas que conformam a estrutura fundiária brasileira. Atrelada a esta estrutura, a educação rural não é exceção nas determinações que, antes de representarem um instrumento de ruptura com a ordem estabelecida, sofrem processos de conformação em relação à estrutura social, cultural e econômica gestada no e para o país. Sem contemplar as diversas identidades existentes nas culturas e grupos. Assim Leite afirma:

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”. (LEITE, 1999, p. 14).

Logo se desencadeia com isso, um imaginário de que, para viver na roça, não há necessidade de amplos conhecimentos socializados pela escola. Esta concepção de educação rural considerava que, para os trabalhadores do campo, não era importante a formação escolar já oferecida às elites brasileiras. Assim, as “escolinhas” criadas no meio rural, geralmente multisseriadas e isoladas, eram poucas e questionadas pelas forças hegemônicas da sociedade quanto a sua eficácia no ensino. Com o processo de urbanização crescente e o movimento de correntes migratórias, a educação rural começa a ser objeto de algumas preocupações de alguns setores ligados à educação. Contudo, algumas iniciativas destas forças, de caráter assistencial e outras privadas, defendiam a necessidade de alguma formação para o trabalho agrícola.

O que podemos observar durante décadas é que a educação do campo era vista como sendo algo meramente assistencial e não informativo. A ideia de que os moradores da zona rural não precisavam de formação se perpetuou por longos anos. Porém, apenas a partir de 1930 é que os programas de escolarização do meio rural ganham corpo. Leite (1999) aponta o forte movimento migratório ocorrido no país no período 1910/1920 como desencadeador de um olhar mais atento para a educação rural, contexto em que surge o “ruralismo pedagógico”, que pretendia uma escola integrada às condições locais, objetivando assim fixar o homem no campo. A ideia de fixação do homem ao campo exaltava de forma romantizada uma educação voltada à “vocação” do país, entendida como agrária. Da terra deveria o homem retirar a sua felicidade e somente nela

conquistaria o enriquecimento próprio e do grupo social do qual fazia parte (CALAZANS, 1993).

Esse ideal pedagógico se perpetuará por muitas décadas e podemos dizer que somos seus herdeiros, pois a ideia de uma educação vocacionada ressurgiu em todos os momentos que a educação do campo é discutida, embora os significados desta “vocação” possam diferir. O entendimento comumente realizado parece estar sedimentado na concepção de educação rural, como aquela que, além de ensinar a ler, contar e escrever pode incluir técnicas agrícolas em seu currículo e assim estará contribuindo para fixar o homem no campo. A apropriação da discussão da problemática da educação rural, na perspectiva dos sujeitos que nela atuam e sofrem as ausências de políticas que as contemplem, dar-se-á no bojo do movimento de educação popular, que compreendemos com Paludo (2001, p. 82) “como uma prática educativa que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas”.

Podemos então, entender as iniciativas operárias de busca escolar para crianças e adultos como as precursoras de uma educação popular, considerando-se que nessas experiências são debatidas questões pedagógicas, como o que ensinar e como educar, com a explicitação da educação como atividade inserida nas lutas sociais. A preocupação dos socialistas do período, em alinhar o conhecimento científico com a prática do trabalhador, também merece destaque, pois funda um dos pilares do que se desenvolverá como Educação Popular no Brasil, inaugurando uma postura política, na defesa de uma educação como prática social que será assumida pelos movimentos sociais, em diferentes momentos de nossa história (PALUDO, 2001, p. 82-83).

### 2.3.1- A educação popular, a educação libertadora e a educação do campo

A educação popular, como composição teórico-prática sobre a situação educacional do país, se insere nos movimentos sociais que tencionam o Estado. Ao mesmo tempo em que se torna uma prática propositiva, esta composição busca compreender questões educacionais a partir de um quadro político-democrático, no qual se manifestam as lutas pelas transformações sociais a partir da educação, nas dimensões de luta pela cidadania em sua relação à qualidade de vida (Nogueira, 1999). O que é possível esperar desta relação de contradições é a transformação, visto que torna a educação inovadora, apostando que é possível transformar a realidade, a dominação e a ação do dominador

(FREIRE & NOGUEIRA, 2002).

Com efeito, a pedagogia que Freire propõe encontra ressonância nos movimentos sociais, pois, como afirma Paludo (2001, p. 91), “É nos anos de 1960, com Paulo Freire, que no Brasil se tem, pela primeira vez, de forma consistente, uma pedagogia anunciada das classes populares”. Proposta que adentra o campo popular porque contempla esses grupos sociais, partindo do vivido para propor uma transformação.

A possibilidade de pensar a educação a partir das classes trabalhadoras, sob o princípio de uma educação que liberta e concebe a vida humana para além das desigualdades, por meio de um processo dialógico, tornou-se uma referência para pensar a educação popular. A inserção da proposta de Freire nos anos de 1960 sobreviverá à intensa repressão sofrida pelo povo brasileiro no período da ditadura militar, até porque as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), organizadas e mantidas pelo setor progressista da Igreja Católica, continuam a existir e a atuar, como nos diz Frei Beto (2006, p. 196), ao escrever sobre o poder popular na América Latina: “No caso brasileiro, na falta de espaços orgânicos de rearticulação política, devido à severa repressão militar, um segmento importante dessa nova esquerda buscou a esfera pastoral das Comunidades Eclesiais de Base como meio de inserção no universo popular”.

A continuidade do movimento para uma educação que respondesse às necessidades das classes trabalhadoras, de reconhecer-se na proposta educativa, possibilita que a proposta de Freire seja tomada nas mãos pelos educadores populares, e nessa apropriação ela se transforma, incorpora outros elementos, vive o que podemos nominar como um fazer-se pedagógico, principalmente a partir do que Frei Beto denomina como “mudança de lugar social”, ou seja, se anteriormente a educação popular estava vinculada ao movimento sindical, agora ela vivenciará outro tipo de relação, já que acolhida e assumida no espaço das CEB. Para Frei Beto, essa mudança é de caráter epistêmico. Na possibilidade de um ressurgimento da organização popular, fenômeno que ocorre em toda a América Latina na década de 1970, com a contribuição do setor progressista da Igreja Católica, adepto da Teologia da Libertação, podemos observar o nascimento, ou ressurgimento, de movimentos sociais compostos por sujeitos sociais fortalecidos em sua consciência política, que desencadearão ações como os acampamentos zapatistas no México e as ocupações dos sem-terra no Brasil (Frei Beto, 2006, p. 196).

Assim, percebemos que as características desses “novos” movimentos apresentam

elementos diferenciados, como sua organicidade, instâncias decisórias, desvinculação de instituições reguladoras e normatizadoras. Possivelmente, essa “renovada” forma de estar em movimento é decorrente do processo formativo em que esses movimentos são construídos, em que a dialogicidade, proposta por Freire, parece ser uma referência.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tornar-se-á, a partir da década de 1980, o mais combativo e forte movimento social do campo. Um dos seus eixos de proposição e ação é o da educação, que se constituiu como uma necessidade no processo de construção e reconstrução do Movimento. Como aponta Arroyo, na apresentação do livro de Caldart (2000), a relação que o MST estabelece com a educação remete a outros momentos da história. Vejamos:

Penso em um dos capítulos tão fecundos na história da educação latino americana: a educação popular e o pensamento de Paulo Freire. Eles nasceram colados a terra e foram cultivados em contato estreito com os camponeses, com suas redes de socialização, de reinvenção da vida e da cultura. Nasceram percebendo que o povo do campo tem também seu saber, seus mestres e sua sabedoria. (ARROYO, 2000, p. 14).

Assim, o pensamento de Freire, por estar enraizado na profunda indignação dos educadores, diante dos processos desumanizadores vividos pelos camponeses, encontra-se com o sonho de libertação dos sem-terra que, organizados, se tornam os Sem-Terra, e um dos alicerces da Pedagogia do Movimento situa-se na Pedagogia Libertadora proposta por Freire.

## **2.4- Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**

O Projeto Político Pedagógico, na educação do campo vem propor a valorização dos saberes locais diante do currículo. Ele refletirá também que o ensino traz sobre si o princípio sócio-histórico do conhecimento, ou seja, explicitará que o conhecimento é resultado da construção do ser humano ao longo de suas relações, de seus saberes e, em virtude de suas relações, interações, intervenções, o constrói e o reconstrói, para atender suas necessidades, determinar sua identidade e diferenciar de outros humanos. Ele vem afirmar uma educação vivenciada a partir do cotidiano dos protagonistas do campo. Busca entrelaçar conhecimentos e saberes cotidianos de forma que a valorização do homem e da mulher do campo seja de fato e de direito.

Outro fator importante para a consolidação da autonomia da escola do campo, diz respeito ao princípio da compreensão das diferenças constituídas e constituintes da localidade, do estado, do país. Ou seja, as diferenças de etnia, gênero, classe, de espaços, que dão origem a diferentes modos e formas de organização da vida, valores e crenças estarão presentes no Projeto Político Pedagógico como parte da política de reconhecer as diferenças e valorizar a diversidade que constitui a identidade sócio-cultural, etno-racial brasileira.

É importante observarmos que todo projeto supõe rupturas, seja ela com o passado e/ou até mesmo com o presente. Pois, segundo Gadotti (2004), dois eixos se apresentam como importantes reflexos desse exercício coletivo de pensar: a ruptura e as promessas de futuro. A partir desses dois elementos de rupturas e de promessas, os tempos e os elementos facilitadores para a materialização do Projeto Político Pedagógico.

Assim projetar significa tentar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém. Portanto, o projeto político pedagógico da educação do campo apresenta uma nova promessa de educação voltada para a vivência de cada educando, dando visibilidade ao seu habitat e sua história.

## **2.5- O que norteiam as bases culturais e curriculares da educação do campo**

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 a educação básica é compreendida “pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” e tem por finalidade *“desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”* (LDB 9394/96, artigo 22).

Assim, a educação do campo vem garantir que o educando venha progredir no trabalho e em estudos posteriores, uma vez que, também irá ser receptor de informações que visem a melhoria do seu modo de vida.

Enfatiza-se aqui que os alunos participam ativamente na construção da história e são inerentes à prática da linguagem. O que nos aponta para um fato importante, já que existe uma relação estreita entre a prática social do homem, sua linguagem e sua consciência. Assim Marx e Engels (1984) já diziam que a linguagem nasce como a

consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Portanto, a linguagem nasceu e se desenvolveu não por acaso, mas sempre esteve ligada à prática dos homens e sua atividade social.

Nesse sentido, entende-se que o olhar e o redirecionamento para a educação do homem do campo deve privilegiar o trabalhador como identidade coletiva, as suas lutas, o seu saber, a sua cultura na qualidade de sujeito central no processo de recriação de sua educação. Assim, busca-se assegurar e recriar a cultura mediante o acúmulo e a apropriação do saber científico, das tecnologias e da pesquisa atrelado às universidades e sindicatos na procura da re-elaboração destes saberes em função dos seus interesses e de uma classe, tendo como alicerce o seu conhecimento e saber social, para pensarmos na conquista de uma nova realidade que garanta autonomia para questionamentos da ordem presente.

### **3- Considerações finais**

Portanto para que a educação do campo seja efetivada de fato e de direito precisa-se de um olhar e um tratamento mais público para a Educação neste tipo que poderá ser a garantia ou o começo de novos tempos para a história da educação. Ao reconhecer a educação como um direito universal de todo o ser humano e o Estado assumir o seu dever, o ensino do povo do campo poderá ser construída e idealizada sobre novas bases.

Essas políticas devem ser universais, mas devem buscar referências na concretude das formas e valores de vida e trabalho e que se referem à cultura, valores, crenças e a sociabilidade dos diferentes povos do campo. Políticas que estabeleçam e reconheçam as diretrizes, os princípios e os direitos universais aceitos no campo da educação, mas acima de tudo garanta as bases, a materialidade sem a qual os princípios educacionais não podem ser traduzidos em garantias concretas. Assim, o importante é que se dê prioridade no campo das políticas públicas a existência física e concreta de escolas do campo no campo, no contexto social e cultural no qual a infância e a adolescência se socializam. Devem-se definir responsabilidades políticas mais precisas e pontuais nos órgãos federativos e não deixar a Educação do Campo a indefinições de responsabilidades.

Por fim, a Educação do Campo tem como um grande desafio se consolidar como

uma educação fortalecida em seu próprio ambiente e que supere a dicotomia entre rural-urbano, ao mesmo tempo em que resguarda a identidade cultural dos grupos que ali constituem sua vida. Afirma-se ainda que a defesa de políticas públicas que sejam específicas para o campo não indica a discriminação ou a postura dicotômica entre rural e urbano, mas o fortalecimento de sua identidade, cultura e modo de vida.

Portanto, o desafio que os movimentos sociais que em suas bandeiras de luta apresentam a defesa da educação do campo ainda é muito grande. No entanto, a organização e a discussão favorecem ao aperfeiçoamento da educação do campo. E isto, engrandece a educação neste país, uma vez que estamos no caminho de um Estado democrático de fato e de direito.

#### **4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARROYO, M. G. Apresentação. In: CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis : Vozes, 2000 .

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BETTO, F. A mosca azul: reflexões sobre o poder. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. (Lei nº. 9.394/96). Rio de Janeiro: Qualitymark/DUNYA, 1998.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (Org.). Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: AR ROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, C. M. (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem-Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DAVIS, C.; GATTI, B. A. “A dinâmica da sala de aula”. IN: DAMASCENO, M. N.; TERRIEN, J. (Coord) **Educação e Escola no Campo**. 1ed. Campinas: Papyrus, 1993, p. 73-135.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, P. Educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. Que fazer: teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Vozes, 2002.

GADOTTI, M.. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione, 1999.

LEITE, S. C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (1976).A ideologia Alemã. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. “A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições.” **Educação e Sociedade**. [online] Campinas, abr., v.23, n.78, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 30 de novembro de 2011.

PALUDO, C. Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo; Camp, 2001.